



Congresso Internacional
de Administração
ADM 2021

24 a 28
de outubro
Ponta Grossa - Paraná - Brasil

SOBREVIVÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES EM TEMPOS INCERTOS:

O papel dos gestores e do ambiente externo
no sucesso e no fracasso organizacional.

REFLEXO DA PANDEMIA NO MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO A PARTIR DA PNAD CONTÍNUA

REFLECTION OF THE PANDEMIC ON THE JOB MARKET: A STUDY BASED ON THE CONTINUOUS PNAD

ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Franciele Aparecida Cecato, UEPG, Brasil, fran-cecato@hotmail.com

Cleise M. Tupich Hilgemberg, UEPG, Brasil, cmatupich@gmail.com

Resumo

Estudar o mercado de trabalho e a sua evolução em um período histórico, é de grande importância para compreender como as mudanças na conjuntura econômica impactam o mesmo, assim como analisar os eventos inesperados como a pandemia, afetam nosso país. Uma das metodologias de pesquisas empregadas pelo IBGE, para levantar os dados sobre o mercado de trabalho é a PNAD Contínua, que visa apresentar as inúmeras variáveis que envolvem este ambiente. O objetivo deste artigo é apresentar os reflexos da pandemia no mercado de trabalho com base na PNAD Contínua. Identificando as principais mudanças causadas no mercado de trabalho neste período, analisando as evoluções dos setores da economia e apresentando as tendências para o mercado de trabalho divulgadas pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), OIT (Organização Mundial do Trabalho) e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Este estudo, enquadra-se nos seguintes métodos de pesquisa: qualitativa, quanto aos objetivos descritiva, nos procedimentos técnicos em bibliográfica e documental, de natureza aplicada. Conclui-se, com a aplicação da pesquisa, que a partir de 2017 o mercado de trabalho vinha apresentando uma lenta recuperação da crise de 2014-2016, porém em 2019, como o advento da pandemia, os índices apresentados são os piores já registrados. As projeções divulgadas por diversas instituições demonstram que o mercado de trabalho do nosso país, irá demorar na recuperação pós pandemia, e somente em 2026, poderemos atingir médias em torno de 9,8% de desempregados, porém essa recuperação irá depender dos bons resultados no PIB nos próximos anos.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho; PNAD Contínua; Impacto Pandemia.

Abstract

Studying the job market and its evolution in a historical period is of great importance to understand how changes in the economic situation impact it, as well as analyzing unexpected events such as the pandemic, affect our country. One of the research methodologies used by the IBGE to collect data on the labor market is the Continuous PNAD, which aims to present the numerous variables that involve this environment. The purpose of this article is to present the effects of the pandemic on the labor market based on the Continuous PNAD. Identifying the main changes caused in the labor market in this period, analyzing the evolution of the sectors of the economy and presenting the trends for the labor market disclosed by FGV (Fundação Getúlio Vargas), ILO (World Labor Organization) and IPEA (Instituto de Pesquisa Applied Economics). This study fits into the following research methods: qualitative, in terms of descriptive objectives, in technical procedures in bibliographic and documentary, of an applied nature. It is concluded, with the application of the research, that from 2017 onwards the labor market had been showing a slow recovery from the 2014-2016 crisis, but in 2019, with the advent of the pandemic, the rates presented are the worst ever recorded. Projections released by several institutions show that the job market in our country will take time to recover after the pandemic, and only in 2026, we will be able to reach averages around 9.8% of unemployed, but this recovery will depend on good results in the GDP in the coming years.

Keywords: Labour Market ; PNAD Contínua; Pandemic Impact.

1. INTRODUÇÃO

Além da taxa de desemprego existem outros indicadores que combinados podem nos dar uma visão mais abrangente do cenário atual no mercado de trabalho. A economia é influenciada pelas riquezas que um país pode gerar através dos postos de trabalho. Entender como este mercado de trabalho funciona e como ele é influenciado pelo meio, pode nos ajudar a compreender a sua dinâmica e ter uma visão mais clara sobre o futuro.

Dentro do chamado Mercado de Trabalho, são analisados dados como “[...] níveis salariais, taxas de emprego/desemprego, desigualdades de renda, incrementos de produtividade, investimentos em qualificação, bem como o grau de conflito entre os seus diversos atores [...]” (OLIVEIRA; PICCININI, 2011, p.4).

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realiza pesquisas sobre o mercado de trabalho no Brasil desde a década de 1960. Durante este período as pesquisas foram sendo reformuladas, desde o ano de 2012, a pesquisa focada no mercado de trabalho é a PNAD Contínua, que atende as recomendações de análise internacionais e os dados são divulgados de forma periódica. (IPECE, 2017).

Este estudo busca apresentar a evolução do mercado de trabalho com base na PNAD Contínua entre os anos 2012 a 2021, identificando as principais mudanças causadas no mercado de trabalho neste período, analisando as evoluções dos setores da economia e apresentando as tendências para o mercado de trabalho divulgadas pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), OIT (Organização Mundial do Trabalho) e IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 MERCADO DE TRABALHO

A importância para o estudo do Mercado de Trabalho é o entendimento das relações entre trabalhadores e empregados. Esses dois atores estão inseridos no mercado com objetivos diferentes, conforme cita BORJAS (2012), sendo o objetivo dos trabalhadores a venda da sua mão de obra pelo preço mais alto e os empregadores procuram comprar a mão de obra pelo menor preço possível.

As famílias ofertam a sua mão de obra ao mercado. Já os empregadores/empresas demanda as vagas de trabalho no mercado de trabalho, quando estes dois atores entram em acordo e ocorre o preenchimento das vagas, as empresas pagam os salários aos empregados, que irão consumir bens e serviços, desta forma temos o fluxo da renda.

Essa relação entre os atores do mercado de trabalho deve seguir regras que são estabelecidas pelo governo BORJAS (2012), comenta que no Brasil essas regras estão descritas pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), lei que foi criada em 1943, pelo Decreto-Lei nº 5.452. Com a Constituição de 1988, várias reformas e maior proteção dos trabalhadores foi acrescentada a lei original:

Durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988, já na fase da transição democrática, os movimentos sindicais e sociais – cuja maior expressão era a Central Única dos Trabalhadores (CUT) – conseguiram incluir na Constituição Federal de 1988 vários direitos trabalhistas que aprimoraram a CLT: redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas, licença paternidade de cinco dias, licença maternidade de quatro meses para as gestantes, férias com 1/3 de adicional, horas extras com 50% de adicional sobre a hora normal, previdência social assegurada por um sistema de seguridade social; igualdade de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos, políticas

de indexação salarial, instituição do seguro desemprego, e a multa de 40% na demissão imotivada, entre outros. (SILVA, 2000, p. 17).

A compreensão do funcionamento deste mercado, assim como entender a evolução deste nos últimos anos é de suma importância para a elaboração de políticas públicas e a identificação dos principais fatores que impactam o seu desenvolvimento.

2.1 PNAD CONTÍNUA

Um dos principais produtores de informações e dados em nosso país é o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), este órgão busca atender diversas demandas nas esferas federal, estadual e municipal. (IBGE, 2021a). Através do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), que o instituto promove em abrangência nacional. Fazem parte deste sistema três modelos de pesquisa: a PNAD Contínua, a Pesquisa Nacional de Saúde - PNS e a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF. (IBGE, 2018). Cada uma destas pesquisas possui um foco diferente, porém buscam fazer um levantamento detalhado sobre os aspectos mais relevantes de cada temática analisada.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, possui o seguinte objetivo:

[...] acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Para atender a tais objetivos, a pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes (como trabalho e outras formas de trabalho, cuidados de pessoas e afazeres domésticos, tecnologia da informação e da comunicação etc.), investigados em um trimestre específico ou aplicados em uma parte da amostra a cada trimestre e acumulados para gerar resultados anuais, sendo produzidos, também, com periodicidade variável, indicadores sobre outros temas suplementares. (IBGE, 2018, p.6)

A PNAD Contínua foi implantada em 2012, substituindo a PME (Pesquisa Mensal de Emprego), que foi totalmente descontinuada em 2016. Comparando os dois métodos a PNAD Contínua é mais abrangente, pois a metodologia anterior analisava somente as regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. (BACCIOTTI; MARÇAL, 2020).

Para que seja possível criar uma base de dados confiável para a realização da pesquisa o instituto estruturou a AMOSTRA MESTRA, que pode ser definida:

[...] como um conjunto de unidades de área selecionadas probabilisticamente de um cadastro mestre, baseado no Censo Demográfico 2010, nas alterações ocorridas na Base Operacional Geográfica e no Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE. (IBGE, 2018, p.7)

Para cada período de verificação dos dados são entrevistados em torno de 211.000 domicílios, dentro de 16.000 setores censitários. (IBGE, 2018)

Para que possamos entender e analisar os itens dessa pesquisa é necessário o entendimento sobre alguns conceitos e definições que são apresentados pelo IBGE. Abaixo segue as definições em relação às datas de referência para a realização da pesquisa.

- Semana de referência - Semana de domingo a sábado que precede a semana de entrevista. Esse período é utilizado, por exemplo, na captação de informações sobre pessoas ocupadas, dias e horas trabalhados efetivamente, dedicação à atividade de produção para o próprio consumo e construção para o próprio uso, e dedicação à atividade de cuidado de pessoas.

- Semana de entrevista - Semana, de domingo a sábado, destinada à realização das entrevistas nos domicílios.
- Data de referência - Data do último dia da semana de referência.
- Último dia da semana de referência - Data que finaliza a semana de referência. É utilizada como data de referência para calcular a idade das pessoas, o tempo de permanência no trabalho das pessoas ocupadas, e o tempo de procura de trabalho para as não ocupadas.
- Período de referência de 30 dias - Período de 30 dias que finaliza no último dia da semana de referência. Esse período é utilizado na captação de informações sobre a procura efetiva de trabalho.
- Período de referência de 30 dias contados a partir do 1o dia da semana de referência - Período utilizado na captação de informações sobre a disponibilidade das pessoas ocupadas para iniciar um trabalho adicional ou trocar de trabalho.
- Mês de referência - Mês anterior ao que contém a semana de referência. Esse período é utilizado na captação de informações sobre os rendimentos de trabalho efetivamente recebidos, além de outros rendimentos, tais como: pensão alimentícia, seguro-desemprego etc.
- Período de referência dos últimos três meses - Foram os últimos 90 dias que antecederam ao dia da entrevista. (IBGE, 2018, p.10)

Dentre todas as definições apresentadas temos alguns conceitos particulares para análise do mercado de trabalho, onde a população geral é dividida em categorias. Na figura 1 é apresentado essa estratificação:

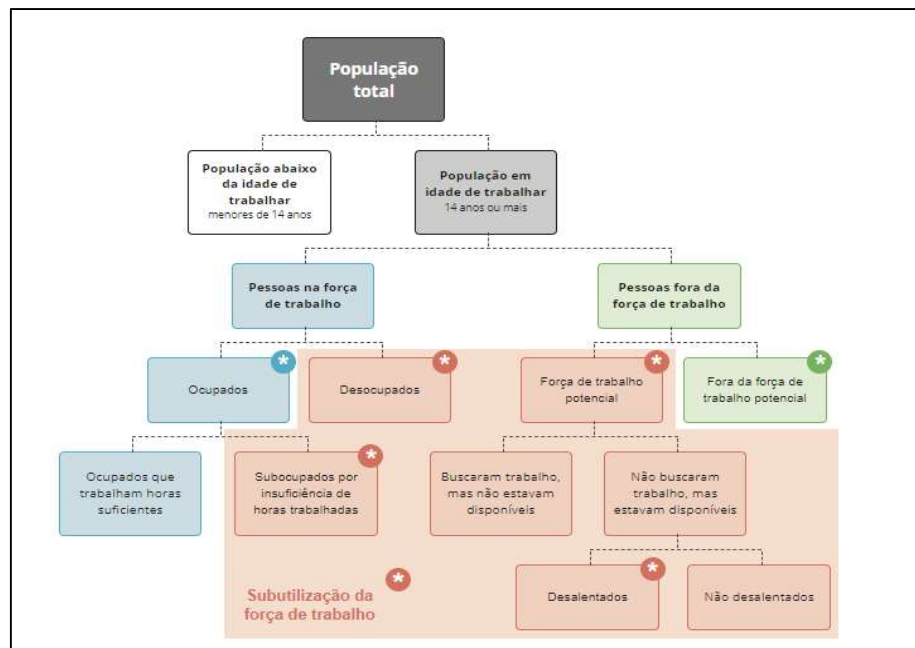


Figura 1 – Estratificação População no Mercado de Trabalho.

Fonte: IBGE, 2021b.

A população em idade de trabalhar, é composta pelos habitantes acima de 14 anos, na data de referência da pesquisa. Essa população pode ser dividida em pessoas que estão na força de trabalho e as pessoas que estão fora da força de trabalho. Segundo FURTADO (2018) a força de trabalho é constituída pela participação de pessoas que possuem trabalho remunerado nas atividades econômicas, também pode ser definida como PEA (população economicamente ativa). As pessoas que estão sendo consideradas fora da força de trabalho, são compostas por habitantes que estão se dedicando aos estudos, os aposentados que não querem retornar ao mercado de trabalho, indivíduos que estão temporariamente ou permanente incapacitados de

trabalhar, pessoas que não estão à procura de emprego, trabalhadores voluntários e aqueles que desempenham atividades domésticas.

Dentro do grupo que compõem a PEA, pode-se dividir entre ocupados e desocupados, o IBGE define ocupados como sendo:

empregados (do setor público ou privado, com ou sem carteira de trabalho assinada, ou estatutários), trabalhadores por conta própria, empregadores, trabalhadores domésticos (com ou sem carteira de trabalho assinada), e trabalhadores familiares auxiliares (pessoas que ajudam no trabalho de seus familiares sem remuneração). (IBGE, 2021b).

As pessoas consideradas desocupadas são aquelas que não possuem trabalho na semana de referência e que não tomaram alguma providência para entrar na força de trabalho, porém estavam disponíveis para assumir um trabalho na semana de referência. (IBGE, 2018). Quando a mídia divulga os dados de desemprego no país estamos nos referindo a essa parcela da população que está desocupada em relação ao total de pessoas que compõem a força de trabalho.

O grupo de habitantes que estão classificados como ocupados, englobam duas novas divisões: ocupados que trabalham horas suficientes e subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, neste grupo enquadram-se os trabalhadores que têm uma jornada de trabalho menor que 40 horas semanais, mas estariam dispostos a trabalhar mais horas pois tem disponibilidade. (IBGE, 2021b).

Para os indivíduos que estão fora da força de trabalho, o IBGE divide em duas categorias, sendo elas:

- Força de trabalho potencial: pessoas que não estão na força de trabalho, mas possuem um potencial para serem integradas a esta força, formam a força de trabalho potencial.
- Fora da força de trabalho potencial: dentre as pessoas que estão fora da força de trabalho, estão as donas de casa que não trabalham fora, adolescentes em idade escolar, aposentados e outras pessoas que não têm interesse ou condições de trabalhar. Sendo assim, estas pessoas estão fora da força de trabalho potencial. (IBGE, 2021b, p.1)

O grupo que forma a força de trabalho potencial é dividido ainda entre: buscaram trabalho, mas não estavam disponíveis e não buscaram trabalho, mas estavam disponíveis, este último apresenta mais uma divisão sendo entre não desalentados e desalentados, que se refere as pessoas que gostariam de trabalhar mais não encontram emprego por diversos motivos e acabam por desistir de procurar. (IBGE, 2021b).

Dentro da figura 1, podemos analisar a área de subutilização da força de trabalho,

Os desalentados e as pessoas indisponíveis gostariam de estar trabalhando. Juntamente com as pessoas desocupadas (que estão procurando emprego) e as subocupadas (que estão trabalhando, mas gostariam de trabalhar mais horas semanais), formam um grupo que mostra a subutilização da força do trabalho, ou seja: o país poderia estar produzindo muito mais se incluísse essas pessoas em postos de trabalho (LIMA et al., 2018, p.23).

3. METODOLOGIA

O objetivo principal deste artigo é apresentar os reflexos da pandemia no mercado de trabalho com base na PNAD Contínua, considerando que formato de análise de dados iniciou em 2012 pelo IBGE, a pesquisa a qual nos propomos a realizar concentra dados de 2012 a 2021. Essa metodologia de pesquisa aplicada pelo IBGE trouxe a possibilidade de análise de dados mais completos e frequentes sobre o mercado de trabalho brasileiro.

Quanto aos objetivos podemos caracterizar essa pesquisa como descritiva, segundo GIL (2002), este modelo de pesquisa tem como objetivo principal descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, ou ainda estabelecer uma relação entre as variáveis.

Em relação aos procedimentos técnicos, essa pesquisa está classificada como bibliográfica, pois usa de base, materiais já existentes basicamente formados por artigos científicos e livros. (GIL, 2002). Além disso essa pesquisa ainda pode ser classificada como documental, pois usou para a sua elaboração a análise de relatórios do IBGE, (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), informações divulgadas pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), OIT (Organização Mundial do Trabalho) e IPEA (Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada).

Quanto a natureza, essa pesquisa pode ser enquadrada como aplicada, pois apresenta como característica o interesse na aplicação, utilização prática dos conhecimentos. Esse modelo de pesquisa busca desenvolver teorias. (GIL, 2008).

E quanto a abordagem podemos caracterizá-la como qualitativa, sendo o objetivo deste modelo de pesquisa produzir informações profundas, independentemente do tamanho da amostra, o que importa é que ela seja capaz de oferecer informações novas. (DESLAURIERS, 1991).

4. ANÁLISE DE DADOS

A Pnad Contínua, apresenta os seus dados de forma trimestral, refletindo assim as informações de curto, médio e longo prazo do mercado de trabalho, apontando o seu comportamento ao longo do período. (IBGE, 2021c).

Analisando o período de 2012 a 2021, temos dois momentos importantes da economia brasileira e mundial que afetaram de forma dramática o mercado de trabalho. Um primeiro momento foi a crise iniciada em 2014 que desencadeou uma forte recessão econômica nos anos seguintes. Sobre este momento FURTADO (2018), destaca, alguns pontos importantes, o país passou naquele momento uma das piores crises, a economia já havia sofrido com uma dura desaceleração em 2014, encolhendo 7,1% nos dois anos seguintes. Apesar do PIB ter crescido em 2017, a recuperação foi muito lenta, e esse mal desempenho acabou na degradação do mercado de trabalho, dobrando o número de desempregados entre 2014 ao primeiro trimestre de 2018, e aumentando um número gigantesco no tempo médio de procura de emprego, outro ponto destacado pelo autor, foi o grande número de trabalhadores da área privada sem carteira assinada.

Um segundo momento de grande impacto é pandemia de Coronavírus, através da divulgação das PNADs Covid-19, o IPEA em seu relatório de conjuntura destaca os seguintes pontos que afetaram o mercado de trabalho, os efeitos causados pela pandemia já demonstravam desde maio de 2020 uma forte retração da ocupação. Com o passar dos meses os estudos da PNAD Covid-19, demonstrou uma forte degradação nas taxas de desemprego, aumento da subutilização e do desalento, esta crise também agravou as diferenças existentes no mercado de trabalho. O primeiro impacto da pandemia no mercado de trabalho foi evidenciado no segundo trimestre de 2020. (LAMEIRA et al, 2021).

O ano de 2021, foi um ano de recuperação do mercado de trabalho em nosso país, conforme retrata uma nota explicativa do governo federal e podem ser verificadas pelos números apresentados pela Pnad Contínua, alguns pontos apresentados para a melhora deste cenário, são: com a retomada das atividades econômicas e melhora da economia, houve forte redução do desemprego; ampliação da força de trabalho e elevação da população ocupada. Para o ano de 2022, espera-se que essa retomada da economia impacte com a redução do desemprego e aumento na geração de vagas de trabalho. (Brasil, 2022).

Desta forma essa pesquisa irá apresentar a evolução ao longo dos anos de 2012 a 2021 dos seguintes itens: taxa de desocupação, força de trabalho, população ocupada, formas de inserção no mercado de trabalho, subutilização da força de trabalho e rendimentos. Além disso, essa pesquisa apresenta também um panorama futuro do mercado de trabalho.

4.1 TAXA DE DESOCUPAÇÃO

A taxa de desocupação ou taxa de desemprego, durante o período de nove anos (2012-2021), apresentou aumentos gradativos, conforme podemos verificar no gráfico 1, iniciando nos trimestres móveis de jan-fev-mar/2012 a out-nov-dez/2021. Inicialmente no primeiro trimestre de 2012 esse indicador apresentava o índice de 8%, e finalizou o último trimestre móvel de 2021, com um percentual de 11,1%.

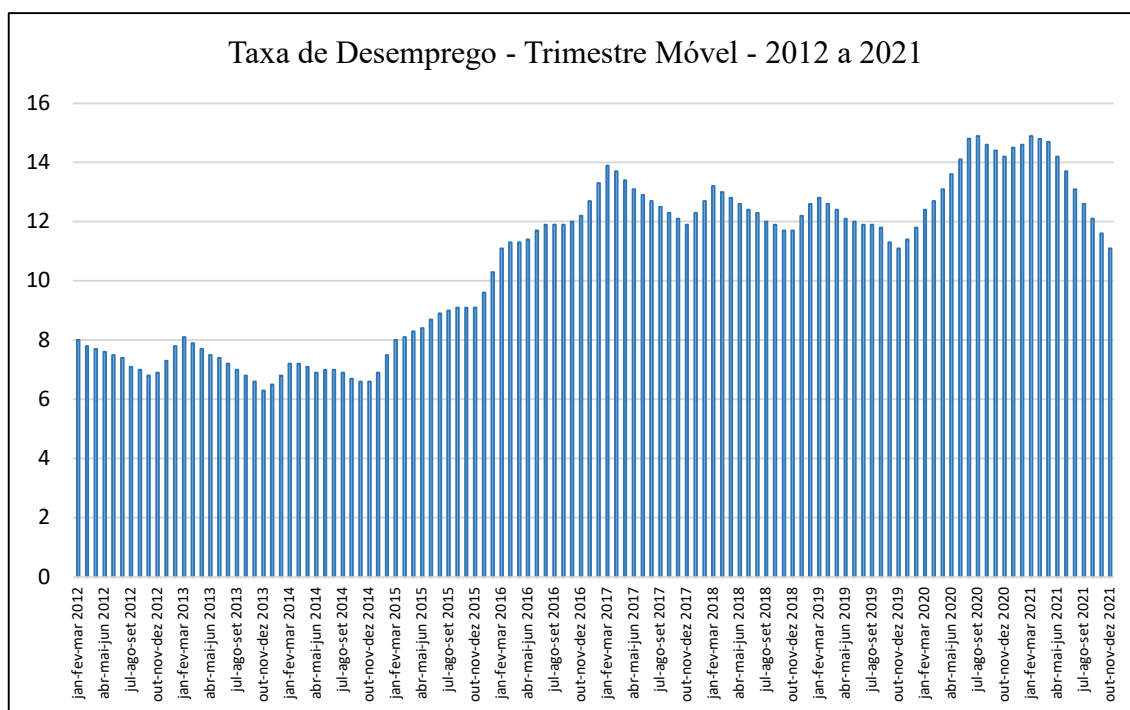


Gráfico 1 – Taxa de Desemprego – Trimestre Móvel entre os anos 2012 a 2021.

Fonte: O autor, adaptado de IBGE, 2021e.

A partir do trimestre de dez-jan-fev 2014 (6,8%), os percentuais apresentam aumentos a cada trimestre avaliado chegando a 13,9% em jan-fev-mar de 2017 o maior pico dá série antes da pandemia.

No ano de 2020 o mercado de trabalho sofreu fortemente com a pandemia, elevando o percentual de desempregados aos maiores índices da série histórica.

O mercado de trabalho em 2020 teve forte impacto da pandemia do COVID-19. Principalmente, a partir dos dados do trimestre móvel fevereiro-março-abril de 2020, observou-se queda acentuada da população ocupada, cuja retração, em 2020, foi de 7,9%. Como consequência, o nível da ocupação atingiu a menor estimativa anual da pesquisa: 49,4%. Por outro lado, houve crescimento recorde da população fora da força de trabalho, que em 2020 apresentou expansão de 9,9 milhões de pessoas. (IBGE, 2021d, p.3).

O período com maior percentual apresentado foram os trimestres de jul-ago-set 2020 – 14,9% decorrência de aumentos gradativos ocorridos desde nov-dez-jan 2020, os períodos seguintes apresentaram uma leve redução no índice, porém voltou a este patamar em jan-fev-mar 2021 -

14,9%, seguindo de uma redução que desencadeou a média do trimestre na casa de 11,1% de desempregados no Brasil no último trimestre móvel de 2021.

O ano de 2021 foi marcado pela melhora dos índices de desemprego, segundo a Carta de Conjuntura – nº 53, divulgada pelo IPEA: “Essa melhora das condições do mercado de trabalho, impactada pela aceleração do ritmo de criação de empregos nos últimos meses, pode ser apontada como o principal fator de redução do desalento no país.” (IPEA, 2021, p. 2).

O período de 2017 o índice de desemprego apresentou a maior taxa desde 2012 e em 2020 o maior percentual de desempregados da série histórica. Entre os anos de 2014 a 2017 o mercado de trabalho apresentou elevados números de taxa de desemprego, a partir do ano de 2018, este índice começou a apresentar níveis menores até o ano de 2019. O boletim emitido em 2017 pelo DIEESE, comenta sobre os efeitos da crise de 2014:

A atual crise econômica abalou fortemente as conquistas obtidas pelos trabalhadores entre 2004 e 2014, período em que houve elevação da ocupação, do salário mínimo e dos rendimentos do trabalho e, de um modo geral, o aumento da formalização nas relações de trabalho, entre outros. A partir de 2015, a retração econômica reduziu o nível de ocupação e os rendimentos do trabalho de forma intensa e, ainda, diminuiu a oferta de empregos mais estáveis, que permitem ao trabalhador algum grau de proteção social. Ao mesmo tempo, aumentaram as formas de inserção mais precarizadas no mercado de trabalho. (DIEESE, 2017, p.1).

Em 2020, verificamos um aumento significativo no percentual de desempregados, com índices jamais atingidos em toda a série analisada, o grande impacto foi devido a pandemia. Neste ano o percentual de 13,8% de pessoas representa o número de 13.846,5 (milhões) de pessoas desocupadas no país.

Todo esse movimento na taxa de desocupação neste período, não foi algo específico do nosso país, podemos verificar no gráfico 2, o comportamento da taxa de desocupação na América Latina e Caribe do período de 2010 a 2020 em um trabalho divulgado pela OIT.



Gráfico 2. Taxa de desocupação América Latina e Caribe.

Fonte: MAURIZIO, 2021a, p.12.

O próprio relatório da OIT, comenta o comportamento da taxa de desemprego na região citada:

“Cerca de 26 milhões de pessoas perderam seus empregos em 2020. Essa queda muito intensa do emprego agregado e sua grande magnitude em relação ao nível de atividade. [...]

[...] Resulta das características particulares e excepcionais da recessão vivida pela região. A pandemia e as restrições impostas que limitaram ou impediram a continuação de certas atividades econômicas ou ocupações, geraram uma série de respostas inéditas.” (MAURIZIO, 2021, p.12).

Assim como no Brasil, os demais países analisados pelo relatório da OIT houve um aumento na taxa de desocupação a partir do 2º trimestre de 2020, sendo fortemente impactado pela pandemia e em 2021 foi um ano de buscar uma recuperação ao mercado de trabalho.

4.2 FORÇA DE TRABALHO

Com o aumento na taxa de desocupação a força de trabalho apresentou o movimento inverso, diminuindo:

Estimada em 99,5 milhões em 2020, a força de trabalho no Brasil reduziu 6,1% (ou menos 6,5 milhões de pessoas) em relação a 2019. A queda dessa população foi influenciada pela redução da ocupação no País. (IBGE, 2021d, p.3).

Podemos verificar no gráfico 3, de forma anualizada que de 2012 até 2016 a média da população fora da força de trabalho estava em 37,38%, a partir de 2017 houve uma pequena redução e em 2019 está média caiu para 37,12%. Porém no ano de 2020 esse percentual sobe para 40,72% com a maior taxa de pessoas fora da força de trabalho da série histórica. Mesmo durante a recessão de 2014 a 2016, os percentuais da força de trabalho não apresentaram um aumento tão acentuado como em 2020.

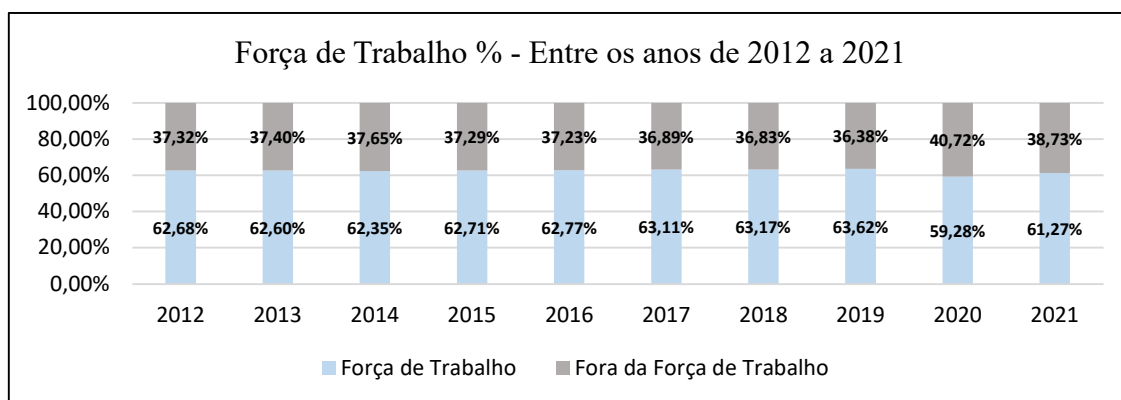


Gráfico 3. Força de Trabalho % entre os anos de 2012 a 2021.
Fonte: O autor, adaptado de IBGE, 2022a.

4.3 POPULAÇÃO OCUPADA

Conforme apresentado anteriormente houve uma diminuição da força de trabalho impactada pela diminuição da população ocupada devido a pandemia. Ou seja, houve a diminuição da demanda de trabalho e o por consequência uma diminuição número de pessoas empregadas.

Entre os anos de 2012 a 2015 houve um aumento de 2,85% na população ocupada, já nos anos de 2016 houve uma redução comparada ao ano anterior (2,01%), de 2017 a 2019 o número da população ocupada apresentou aumento de gradativos chegando a 5,15% em 2019 a 2012, com um número de 94.258 milhões de pessoas, porém em 2020 atingiu a menor quantidade de pessoas ocupadas em comparação com 2012, como uma redução de 3,00%. Em 2021 houve uma retomada de crescimento 4,99% em relação a 2020 e de 1,85% em relação a 2012.

Outro ponto de análise que podemos levantar é referente a distribuição das pessoas ocupadas pelos setores da economia, na tabela 1, abaixo, podemos analisar cada setor e a sua evolução durante o período de análise:

Setor/ Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Agricultura	10.226	10.071	9.452	9.298	9.042	8.464	8.440	8.449	8.232	8.825
Indústria geral	13.268	13.149	13.465	13.127	11.768	11.904	12.000	12.254	11.425	11.871
Construção	7.624	8.058	7.971	7.667	7.425	6.984	6.839	6.888	6.110	6.955
Comércio	16.808	17.375	17.627	17.780	17.573	17.671	17.826	18.068	16.426	17.306
Transporte	4.169	4.286	4.239	4.371	4.544	4.599	4.708	4.934	4.518	4.702
Alojamento e alimentação	3.838	4.021	4.245	4.407	4.654	5.152	5.354	5.582	4.385	4.623
Informação	9.579	9.830	10.392	10.383	9.724	10.060	10.250	10.705	10.419	11.130
Administração pública	14.274	14.348	14.815	15.036	15.291	15.244	15.802	16.147	16.146	16.171
Outros serviços	3.842	4.038	4.196	4.181	4.247	4.508	4.873	5.080	4.384	4.446
Serviços domésticos	5.985	5.848	5.815	5.933	6.072	6.028	6.064	6.117	4.893	5.220
Total	89.643	91.036	92.236	92.195	90.344	90.634	92.201	94.258	86.958	91.297

Tabela 1. População Ocupada entre 2012 a 2021 – Por Setores.
Fonte: O autor, adaptado de IBGE, 2022a.

O setor da agricultura vem demonstrando queda na população ocupada nos últimos anos, apesar de ser um dos setores que mais contribuem para o PIB do nosso país, segundo especialistas, este movimento é causado pelos: “ganhos de produtividade, o avanço da mecanização e a maior concentração da produção explicam a redução ano a ano da mão de obra na agricultura, apesar do crescimento quase contínuo da produção no país”. (CARRAÇA, 2020, p.1), com este aumento de produtividade, existe a troca de mão de obra por capital, diminuindo assim o nível de ocupação neste setor, dessa forma levando a mão de obra do campo para a indústria e para o setor de serviços. (CARRAÇA, 2020).

De modo geral todos os setores apresentaram queda no número de pessoas ocupadas, em um documento publicado pelo OIT em abril de 2020, são apresentados números significativos sobre o fechamento temporário de empresas durante a pandemia nos setores mais afetados:

Em todo o mundo, mais de 436 milhões de empresas enfrentam o sério risco de interrupção das atividades. Essas empresas pertencem aos setores mais afetados da economia, incluindo 232 milhões de empresas nos comércios atacadista e varejista, 111 milhões no setor manufatureiro, 51 milhões no setor de hospedagem e serviços de alimentação e 42 milhões no setor imobiliário e outras atividades comerciais. (OIT, 2020, p.1)

Por outro lado, o setor de Administração Pública apresentou alta durante quase todo o período. O IBGE destaca que esse aumento no setor de Administração Pública, é o reflexo na contratação de profissionais na área de educação e saúde:

Na Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais, havia 16,5 milhões de trabalhadores em 2020, apontando crescimento de 1% (mais 172 mil pessoas) em relação a 2019. A leve expansão em 2020 foi impulsionada pelos segmentos de educação e saúde. Frente a 2012, a atividade acumula crescimento de 14,4%. (IBGE, 2021d, p.6).

4.4 FORMAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

A PNAD Contínua, nos possibilita a análise das formas como as pessoas estão inseridas no mercado de trabalho. Desta forma é possível analisar quantos trabalhadores compõem a mão de obra com carteira assinada e quantos trabalhadores estão na informalidade (sem carteira assinada).

Considerando as pessoas que estão ocupadas e empregadas no setor privado, excluindo os trabalhadores domésticos podemos verificar que em toda a série histórica o ano de 2014, apresentou o maior contingente de trabalhadores com carteira assinada do setor privado, 37,5 milhões de pessoas em média anual. A partir de 2015 até o ano de 2018 esse patamar caiu em 9,53%, totalizando o ano de 2018 com 33,9 milhões de pessoas (média anual). Em 2019 apresentou uma nova melhora no total, porém em 2020 atingiu uma redução de 8,74% em relação a 2012. Em relação aos trabalhadores sem carteira assinada, houve uma queda de 9,47% em comparação de 2012 com 2020. Os números de 2021 apresentam uma melhora com aumento nos trabalhadores sem carteira assinada, porém o número de trabalhadores ainda é menor que em 2012.

Do total dessa população 25,47% em 2021 desempenhavam atividades sem carteira assinada no setor privado, um aumento da informalidade contra 24,23% em 2012. Essas informações podem ser observadas no gráfico 4, conforme abaixo:

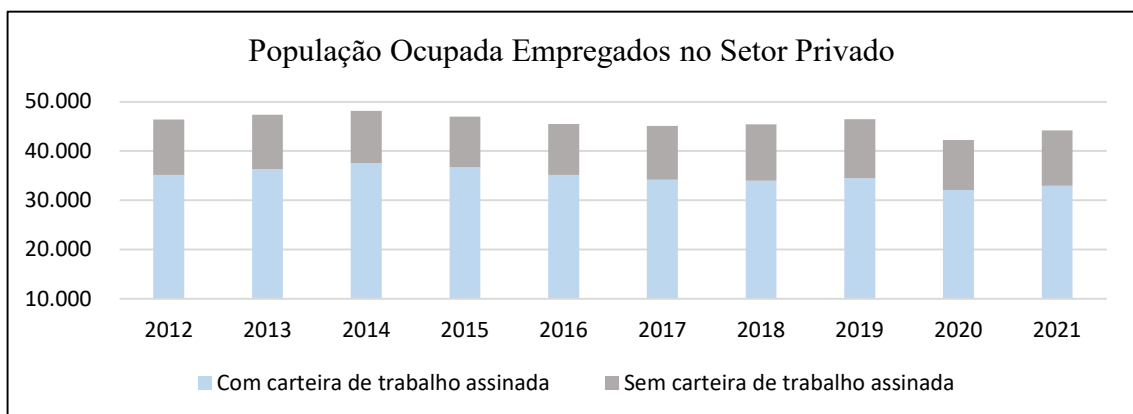


Gráfico 4. População Ocupada Empregados no Setor Privado 2012-2021
Fonte: O autor, adaptado de IBGE, 2022a.

Analisando agora a evolução do mercado de trabalho, para as pessoas ocupadas do setor privado que desempenham a atividades de trabalhadores domésticos. Ao contrário do que ocorre com as demais categorias, os trabalhadores dessa modalidade sem carteira assinada, em 2012 representam 68,6% do total, chegando a 74,7% em 2021. Apesar de uma pequena queda no número de trabalhadores sem carteira assinada em 2013, a partir de 2014 houve um aumento, em 2020 com a pandemia houve uma redução de 18,9% em comparação com 2012. Em 2021 houve uma pequena melhora que representou 13,64% em comparação com 2012.

Os trabalhadores informais foram os que mais sofreram com a pandemia, por se enquadrarem em uma categoria de baixos salários, sem estabilidade e sem proteção social, ficaram mais vulneráveis as mudanças causadas pela pandemia. A OIT cita o impacto da perda de trabalho informal para as famílias que dependem dessa renda para a sobrevivência:

A crise econômica causada pela pandemia afetou severamente a capacidade de ganhar a subsistência de quase 1,6 bilhão de trabalhadoras(es) na economia informal (o grupo mais vulnerável no mercado de trabalho), de um total de dois bilhões na economia informal em todo o mundo, e de uma força de trabalho global de 3,3 bilhões de pessoas. Isso se deve a medidas de confinamento e / ou porque essas pessoas

trabalham em alguns dos setores mais atingidos pela crise. Estima-se que o primeiro mês da crise tenha resultado em uma queda de 60% na renda das(os) trabalhadoras(es) informais em todo o mundo. Isso se traduz em uma queda de 81% na África e nas Américas, 21,6% na Ásia e no Pacífico e 70% na Europa e Ásia Central. Sem uma fonte alternativa de renda, essas(es) trabalhadoras(es) e suas famílias não terão meios de sobrevivência. (OIT, 2020, p.1).

4.5 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A subutilização da força de trabalho, considera a população desocupada, subocupada por insuficiência de horas de trabalho e a força de trabalho potencial. Dentro destes grupos são classificadas as pessoas: “que estão desempregadas, as disponíveis para trabalhar mais horas, mas não encontram essa possibilidade, as que gostariam de trabalhar, mas não procuraram emprego e as que procuraram, mas não estavam disponíveis para o trabalho.” (LISBOA, 2018, p.1).

Do ano de 2012 a 2021 este indicador teve um aumento expressivo com aumento de 66,5% entre o período. Os três grupos de população que englobam este indicador acompanharam este aumento, que vem sendo gradativo conforme os anos, como demonstrado no gráfico 5.

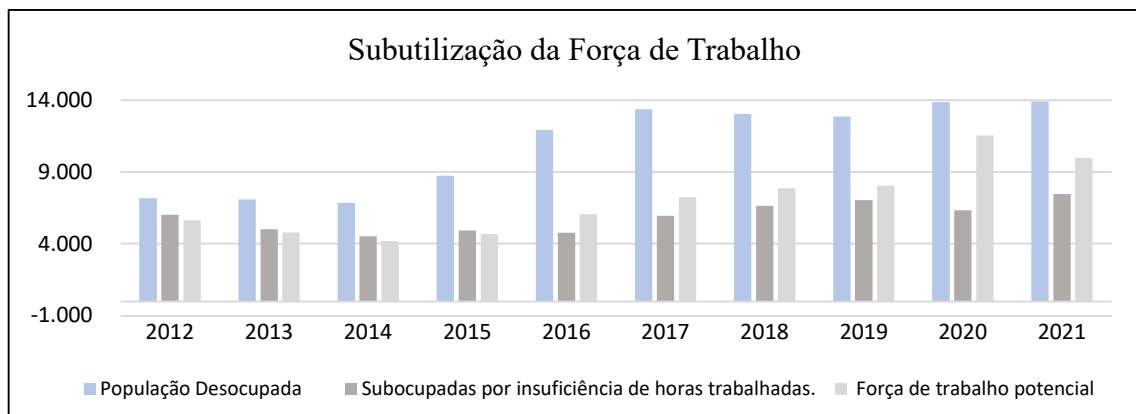


Gráfico 5. Subutilização da Força de Trabalho - 2012-2021.

Fonte: O autor, adaptado de IBGE, 2022a.

Podemos destacar também o aumento no número de desalentados neste período, neste grupo enquadra-se a população: “que desistiu de procurar emprego e é definida como a que estava fora da força de trabalho por não conseguir um emprego adequado, não ter experiência ou qualificação, ser considerada muito jovem ou idosa, ou não haver trabalho na localidade em que reside.” (LISBOA, 2018, p.1).

A pandemia acentuou os números já crescentes da subutilização e desalentados que vinham aumentando neste período em nosso país, desde a crise de 2014-2016. Sem perspectivas de encontrar um emprego, inúmeros trabalhadores desistiram de procurar um trabalho. Apesar do ano de 2021 ter sido um ano de recuperação, esses indicadores não tiveram reduções expressivas.

4.6 RENDIMENTOS

Ao analisarmos a evolução dos rendimentos de forma anualizada podemos perceber que houve aumento entre os anos de 2012 a 2021. Em 2012 o rendimento médio da população empregada era de R\$ 2.357 em 2020 o rendimento médio chegou em um patamar de R\$ 2.665, porém em 2021 houve uma queda em comparação com o ano anterior com um valor de R\$ 2.499, refletindo o impacto causado pela pandemia.

Observando o rendimento pelo trimestre móvel é possível verificar a redução causada pela pandemia a partir de 2020. O patamar mais alto de rendimento foi no trimestre de mai-jun-jul 2020, com um rendimento R\$ 2.967, a partir dessa data os valores sofreram reduções fechando o último trimestre de 2021 em R\$ 2.541. No gráfico 6 podemos analisar essa evolução.

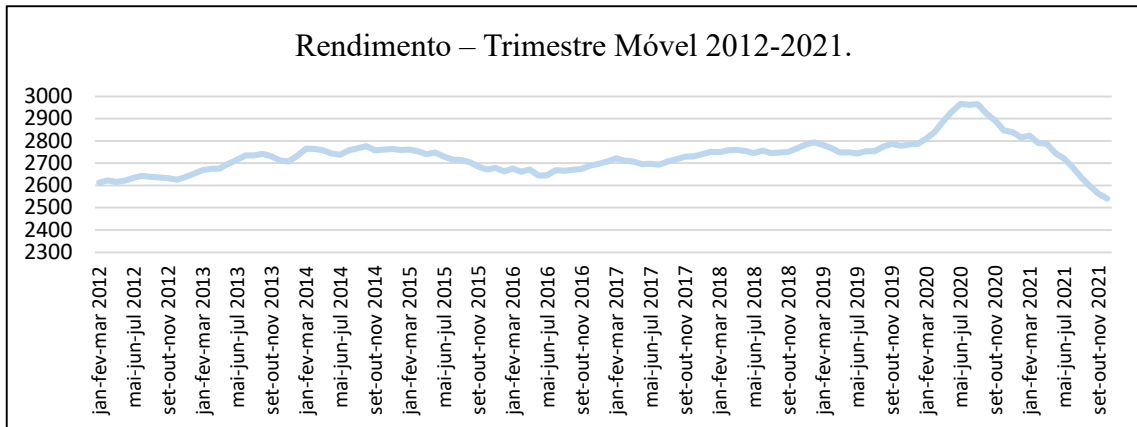


Gráfico 6. Rendimento – Trimestre Móvel 2012-2021.

Fonte: O autor, adaptado de IBGE, 2021e.

Separando os rendimentos entre a categoria do setor privado os empregados na área privada exceto trabalhador doméstico, sem carteira assinada receberam em 2021, 32,43% a menos que os trabalhadores com carteira assinada. Os rendimentos dos trabalhadores informais durante o período de 2012 a 2021 tiveram um aumento de 11,79%, os trabalhadores com carteira assinada este percentual foi de 1,5% de aumento. Do ano de 2020 a 2021 podemos analisar que somente os trabalhadores informais apresentaram uma redução dos rendimentos.

Ao analisarmos somente os rendimentos os trabalhadores domésticos neste mesmo período, houve um aumento 1,39% de 2012 a 2021. Ao separar entre os trabalhadores com e sem carteira assinada, no primeiro ano da série histórica o trabalho com carteira assinada recebia uma remuneração de R\$ 1.305, em 2021 a remuneração chegou ao patamar de R\$ 1.386. O trabalho sem carteira assinada teve um aumento de 3,93% saindo de R\$ 794 em 2012 para R\$ 826 em 2021. No período da pandemia houve uma redução para as duas categorias de 2019 para 2021.

A OIT destaca que ações governamentais na América Latina e Caribe, ajudaram aos trabalhadores informais com ações que proporcionam um auxílio as pessoas que perderam os rendimentos durante a pandemia, entre essas ações destacam-se:

Em particular, podem ser diferenciados três tipos de intervenções:

- (a) subsídios à folha de pagamento;
 - (b) extensão do seguro-desemprego para cobrir outros eventos além do desemprego por justa causa demissão;
 - (c) mais recentemente, subsídios para incentivar o retorno de trabalhadores suspensos ou para contratação de novos trabalhadores.
- (OIT, 2021b, p.31).

4.7 PERSPECTIVAS FUTURAS

Durante todo o período analisado, verificamos que o mercado de trabalho estava aquecido até o ano de 2014, porém com recessão econômica o país apresentou uma forte retração também neste mercado, levando a um período de lenta recuperação, quando o país vinha apresentando melhores resultados a chegada da pandemia, trouxe fortes e necessárias medidas que levaram a índices altíssimos de desemprego. Desta forma, buscamos apresentar as perspectivas para o mercado de trabalho nos próximos anos.

A FGV através da publicação da carta do IBRE destaca pontos importantes sobre a oferta de mão de obra, nos próximos anos os efeitos causados pela pandemia ocorreram após a crise de 2014 a 2016, marcada com uma lenta recuperação até 2019. Existem claras indicações que demonstram que as recuperações dos índices de desocupação para os padrões anteriores a 2015 levará alguns anos, mesmo olhando para cenários otimistas, além destes apontamentos teremos as implicações causadas pelas eleições em 2022 e quais as vertentes da economia que será conduzida pelo novo governo em 2023. (SCHYMURA, 2021).

Outro ponto apontado pelo FGV é sobre o crescimento do PIB que será necessário para que se atinja médias menores de desocupação. Segundo a instituição para que as taxas de desemprego cheguem a médias próximas 9,8% o crescimento anual deverá ser de 3,5% entre os anos de 2023 e 2026, sendo assim o país precisaria manter um ritmo de crescimento de 1,5% a.a, que reduziria o índice de desemprego para 11,6% em 2026, se o ritmo de crescimento for de 2,5% a.a a taxa de desemprego seria de 10,8%; e caso a taxa atinja 3,5% a.a, o índice de desocupação poderá chegar em 9,8%, com ajustes sazonais. (SCHYMURA, 2021).

Com o ano de 2021, apresentando melhores resultados no mercado de trabalho, a Carta de Conjuntura divulgada pela IPEA, demonstra que o ano de 2022, ainda será um ano difícil para a retomada do emprego.

[...] embora a tendência para os próximos meses seja de uma recomposição menos intensa da força de trabalho, o efeito dessa desaceleração sobre o recuo da taxa de desocupação pode ser amenizado pela expectativa de um crescimento menos acentuado da ocupação em 2022, refletindo um desempenho mais moderado da atividade econômica. (LAMEIRA, 2021b).

Segundo estudos da OIT, apresentado em 2021, as perspectivas para a retomada do crescimento no mercado de trabalho ainda serão demoradas não melhorando os índices de desemprego em 2022. É estimado que o desemprego mundial chegue a 205 milhões de pessoas, em 2022, superando em muito os índices alcançados em 2019 (187 milhões de pessoas), apresentando uma taxa de 5,7%, percentual atingindo em 2013. (OIT, 2021).

CONCLUSÃO

A PNAD Contínua trouxe a possibilidade de análise de dados mais completos e frequentes sobre o mercado de trabalho brasileiro, desde 2012. Em 2019 o Brasil começava a se recuperar de forma lenta da crise iniciada em 2014 que durou até 2016, elevando os números de pessoas desempregadas, este número foi ultrapassado devido à crise do coronavírus que elevou o patamar ao índice mais alto de toda a série histórica entre os anos analisados.

Com o relatório apresentado pela OIT na América Latina e Caribe, podemos analisar que os 13 países citados na pesquisa também apresentaram um comportamento parecido com a realidade brasileira.

Outros pontos analisados demonstram um aumento na informalidade do trabalho sendo a pandemia um dos grandes vetores. Para os próximos anos as projeções de vários órgãos independentes demonstram que a recuperação do mercado brasileiro irá demorar, sendo possível uma recuperação apenas em 2026.

Porém para o nosso país temos outros fatores que podem influenciar na recuperação do mercado de trabalho como as eleições no último trimestre de 2022 e a própria recuperação econômica do país, impactam nessa retomada do crescimento do mercado de trabalho. Além dessas dificuldades internas que teremos que enfrentar ainda podemos destacar a as crises financeiras e econômicas em outros países que também impactam em nossa economia, uma delas é a guerra na Ucrânia que iniciou em 2022 e já apresenta sinais de grande impacto no Brasil.

Este artigo propõe novos estudos para que seja possível analisar outras variáveis importantes para o entendimento e projeções futuras do mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BACCIOTI, Rafael; MARÇAL, Emerson Fernandes. Taxa de desemprego no Brasil em quatro décadas: retrospetiva da PNAD contínua de 1976 a 2016. *Estud. Econ.*, São Paulo, vol.50 n.3, p.513-534, jul.-set. 2020. < <https://www.scielo.br/j/ee/a/YQcXMRc5xjPBgPHZztrnKDj/?lang=pt&format=pdf> >. Acessado em 08 de janeiro de 2021.

BORJAS, George J. *Economia do trabalho* [recurso eletrônico] / George J. Borjas; tradução: R. Brian Taylor ; revisão técnica: Giacomino Balbinotto Neto. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: AMGH, 2012.

BRASIL. Nota Informativa: Melhora do Mercado de Trabalho em 2021 com forte redução do desemprego. 28 de janeiro de 2022. < <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2022/janeiro/ni-mercado-de-trabalho-2021.pdf> > Acessado em 03 de fevereiro de 2022.

CARRAÇA, Thais. Emprego no campo recua com tecnologia e mais produtividade. *Valor Econômico*. Edição 01 de janeiro de 2020. < <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/01/20/emprego-no-campo-recua-com-tecnologia-e-mais-produtividade.ghml> > Acessado em 19 de junho de 2022.

DIEESE. BOLETIM TRABALHO E CONSTRUÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO. Efeitos da Crise Econômica na Situação do Trabalhador da Construção em São Paulo. Agosto/2017. < <https://www.dieese.org.br/boletimtrabalhoeconstrucao/2017/pedBoletimTrabalhoConstrucaoSAO.pdf> > Acessado em 03 de janeiro de 2021.

DESLAURIERS J. P. *Recherche Qualitative*. Montreal: McGraw Hill, 1991

FURTADO, Adolfo Costa Araújo Rocha. *Mercado de Trabalho: Informalidade e Desemprego*. Notas Técnicas. 2018. < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/fiquePorDentro/temas/trabalho-informal-set-2018/TrabalhoInformalTextoBase.pdf> >. Acessado em 08 de janeiro de 2021.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Notas Técnicas. Versão 1.5 Rio de Janeiro, 2018. < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101548_notas_tecnicas.pdf > Acessado em 08 de janeiro de 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Principais Funções. 2021a. < <https://www.ibge.gov.br/acao-informacao/institucional/o-ibge.html> > Acessado em 08 de janeiro de 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desemprego. 2021b < <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> > Acessado em 08 de janeiro de 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desemprego. 2021c < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e> > Acessado em 08 de janeiro de 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil. 2021d < https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua/2012_2020/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2020.pdf > Acessado em 08 de janeiro de 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Principais Funções. 2021e. < https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego > Acessado em 05 de janeiro de 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD CONTÍNUA: Principais Destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2021. 2022a < https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Princ >

ipais_destaques_PNAD_continua/2012_2021/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2021.pdf > Acessado em 23 de abril de 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pnad Contínua retrospectiva 2012-2021. 2022b <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=33027&t=downloads>> Acessado em 23 de abril de 2022.

IPEA. Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas. nº 53 – Nota de Conjuntura 25 - 4 ° trimestre de 2021. <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/211220_nota_mercado_de_trabalho.pdf>. Acessado em 04 de março de 2022.

IPECE. Nota Técnica: Caracterização das Pesquisas Domiciliares com Ênfase na Pnad Contínua. Ano 14 – nº 64. Ceará, 2017. <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2012/12/NT_64.pdf> Acessado em 08 de janeiro de 2021.

LIMA, Alana et al. Os números do desalento. Retratos: a revista do IBGE. Nº 11maio/2018. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2929/rri_2018_n11_maio.pdf> Acessado em 07 de janeiro de 2021.

LAMEIRA, Maria Andréia Parente et al. Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas para o ano. Carta de Conjuntura. IPEA. Nº 51. 2º Trimestre de 2021a. <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210413_cc51_nota_mercado_de_trabalho.pdf>. Acessado em 07 de janeiro de 2021.

LAMEIRA, Maria Andréia Parente et al. Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas. Carta de Conjuntura. IPEA. Nº 53. 4º Trimestre de 2021b. <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210413_cc51_nota_mercado_de_trabalho.pdf>. Acessado em 07 de janeiro de 2021.

LISBOA, Vinícius. Subutilização da força de trabalho atinge 27,7 milhões de pessoas. Agência Brasil. Edição de 17 de maio de 2018. <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-05/subutilizacao-da-forca-de-trabalho-atinge-277-milhoes-de-pessoas>> Acessado em 19 de junho de 2022.

MAURIZIO, Roxana. Serie Panorama Laboral en América Latina y el Caribe 2021. Notas Técnicas. Organização Mundial do Trabalho. Setembro/2021. <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_819022.pdf> Acessado em 07 de janeiro de 2021.

OLIVEIRA, S.R; PICCININI, V.C. Mercado de Trabalho: múltiplos (des)entendimentos. Revista de Administração Pública – RAP. Rio de Janeiro. Ed. Set/Out 2011. <<https://www.scielo.br/j/rap/a/RRLDDQpJqcDMttw999HpDQS/?lang=pt&format=pdf>>. Acessado em 17 de outubro de 2021.

OIT. Organização das Nações Unidas. OIT: Perda de empregos aumenta e quase metade da força de trabalho global corre o risco de perder os meios de subsistência. Edição 29 de Abril de 2020. <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_743197/lang--pt/index.htm>. Acessado em 19 de junho de 2022.

OIT. Organização das Nações Unidas. World Employment and Social Outlook: Trends 2021. Junho.2021a. <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/--dcomm/documents/publication/wcms_794452.pdf>. Acessado em 07 de janeiro de 2021.

OIT. Organização das Nações Unidas. Serie Panorama Laboral en América Latina y el Caribe 2021. Setembro 2021b.<https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_819022.pdf> Acessado em 19 de junho de 2022.

SILVA, Mauri Antônio da. Ser Social: Aporte Histórico sobre os direitos trabalhistas no Brasil. v. 22, n. 46, janeiro a junho. Brasília, 2020. https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/23516/25142> Acessado em 17 de outubro de 2021.

SCHYMURA, Luiz Guilherme. Desemprego alto é desafio para governo em 2022, e pode persistir até 2026. Conjuntura Econômica. Carta do IBRE. Outubro, 2021. <<https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-10/10ce2021-carta-do-ibre.pdf>>. Acessado em 08 de janeiro de 2021.